

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE TÊXTEIS**

PROCESSO N.º **25DC29CPI003**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

## ÍNDICE

1.	OBJETO DO CONCURSO .....	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR .....	3
3.	CONSULTA DO PROCESSO.....	4
4.	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	4
5.	AGRUPAMENTOS .....	5
6.	MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	5
7.	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS .....	6
8.	PROPOSTAS VARIANTES .....	7
9.	PREÇO .....	7
10.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	10
11.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE .....	10
12.	JÚRI DO CONCURSO .....	11
13.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS.....	11
14.	RELATÓRIO PRELIMINAR.....	12
15.	AUDIÊNCIA PRÉVIA .....	12
16.	RELATÓRIO FINAL .....	12
17.	ADJUDICAÇÃO .....	13
18.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELOS ADJUDICATÁRIOS .....	13
19.	CAUÇÃO .....	14
20.	CONTRATOS.....	15
21.	ENCARGOS .....	15
22.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	15

### **ANEXOS:**

**ANEXO I:** FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP) VERSÃO

DISPONÍVEL EM <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>

(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO XML)

**ANEXO II:** DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR

**ANEXO III:** FORMULÁRIO DE PREÇOS

**ANEXO IV:** MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**1. OBJETO DO CONCURSO**

- 1.1.** Constitui objeto do presente concurso público internacional a **aquisição de têxteis**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
- 1.2.** O presente procedimento encontra-se organizado por **25 (vinte e cinco) Lotes** identificados do seguinte modo:
- a) LOTE 1** – ALMOFADAS;
  - b) LOTE 2** – COBERTORES E MANTAS POLARES;
  - c) LOTE 3** – RESGUARDOS;
  - d) LOTE 4** – ROUPA DE CAMA ADULTO;
  - e) LOTE 5** – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ;
  - f) LOTE 6** – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS, FRALDAS;
  - g) LOTE 7** – BABETES;
  - h) LOTE 8** – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA;
  - i) LOTE 9** – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO);
  - j) LOTE 10** – ROUPÕES;
  - k) LOTE 11** – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA;
  - l) LOTE 12** – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO);
  - m) LOTE 13** – FATOS DE TREINO ADULTO;
  - n) LOTE 14** – FATOS DE TREINO CRIANÇA;
  - o) LOTE 15** – T-SHIRTS ADULTO;
  - p) LOTE 16** – T- SHIRTS CRIANÇA;
  - q) LOTE 17** – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO;
  - r) LOTE 18** – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA;
  - s) LOTE 19** – TAPETES E CARPETES;
  - t) LOTE 20** – TELAS PLASTIFICADAS;
  - u) LOTE 21** – TOALHAS DE MESA;
  - v) LOTE 22** – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO;
  - w) LOTE 23** – MANTAS DE PIQUENIQUE;
  - x) LOTE 24** – TOALHAS DE PRAIA;
  - y) LOTE 25** – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO.

**2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR**

- 2.1.** A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico [dicom.nas@scml.pt](mailto:dicom.nas@scml.pt), adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

- 2.2.** A decisão de contratar foi tomada pela Deliberação da Exma. Mesa da SCML n.º 1343/2025 de 05 de junho de 2025, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da SCML, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

**3. CONSULTA DO PROCESSO**

O presente concurso público decorrerá e pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php>, utilizada pela SCML.

**4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 4.1.** Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela SCML, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2.** No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:
- 4.2.1.** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- 4.2.2.** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto dos contratos a celebrar;
- 4.2.3.** Condições técnicas de execução do objeto dos contratos a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.
- 4.3.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas
- 4.3.1.** O Júri do concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;
- 4.3.2.** O Órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.
- 4.4.** Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, e junta às peças de procedimento.
- 4.5.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela SCML.
- 4.6.** Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**5. AGRUPAMENTOS**

- 5.1.** Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 5.2.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros do agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a SCML, pela manutenção das suas propostas, com as legais consequências.
- 5.3.** Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela SCML, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 5.4.** Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento Concorrente.
- 5.5.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração dos contratos, na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura dos contratos, apresentar os seguintes documentos:
- 5.5.1.** Cópia do contrato de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas;
- 5.5.2.** Procuração outorgada por todos os membros do agrupamento ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os bens fornecidos, receber quaisquer quantias ao abrigo dos contratos dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da SCML ou seu representante respeitantes aos contratos celebrados;
- 5.5.3.** Documento com a indicação da percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a indicação do seu líder.

**6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 6.1.** Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às **17h00m00s do 30.º (trigésimo) dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, que emitirá ao Concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção com referência às respetivas data e hora.
- 6.2.** A proposta será assinada pelo Concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração, com assinatura reconhecida na qualidade, que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
- 6.3.** Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de

dados (v.g. arquivo ZIP), deve, ainda assim e sob pena de exclusão, assinar com recurso a assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

## **7. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS**

- 7.1.** Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 7.2.** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - 7.2.1.** Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido, conforme modelo constante do **ANEXO I** do presente Programa do Concurso;
  - 7.2.2.** Declaração Complementar, conforme modelo constante do **ANEXO II** do presente Programa do Concurso;
  - 7.2.3.** Formulário de Preços correspondente ao **ANEXO III** ao presente Programa do Concurso, discriminando:
    - 7.2.3.1.** Preços unitários por Lote, s/ IVA;
    - 7.2.3.2.** Somatório dos Preços unitários por Lote, s/IVA;
    - 7.2.3.3.** Preços unitários dos Logotipos, S/IVA;
    - 7.2.3.4.** Somatório dos Preços unitários dos Logotipos, s/IVA;
    - 7.2.3.5.** Taxa de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); e
  - 7.2.3.1.** Prazo de entrega expresso em dias úteis, após envio da nota de encomenda pela SCML, não podendo exceder o estipulado na **cláusula 28.9** do caderno de encargos.
  - 7.2.4.** Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor.
- 7.3.** O(s) preço(s) indicado(s) na proposta é(são) expresso(s) em Euros e não inclui(em) o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- 7.4.** O Concorrente deve apresentar outros documentos que, em função do objeto dos contratos a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- 7.5.** Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 7.6.** Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 7.7.** Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

**8. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelo Concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

**9. PREÇO**

**9.1.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto dos contratos a celebrar, para efeitos de apresentação de apresentação de proposta que englobe os **25 (vinte e cinco) Lotes**, incluindo a possibilidade de renovação até à duração total máxima de **36 (trinta e seis) meses**, o preço a pagar pela SCML é de **€ 397.950,00 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal, se aplicável, sendo para cada um dos Lotes, o seguinte:

**9.1.1. Lote 1 – ALMOFADAS: € 9.330,00 (nove mil, trezentos e trinta euros);**

**9.1.2. Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 10.860,00 (dez mil, oitocentos e sessenta euros);**

**9.1.3. Lote 3 – RESGUARDOS: € 20.880,00 (vinte mil, oitocentos e oitenta euros);**

**9.1.4. Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 179.430,00 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta euros);**

**9.1.5. Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 9.420,00 (nove mil, quatrocentos e vinte euros);**

**9.1.6. Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 390,00 (trezentos e noventa euros);**

**9.1.7. Lote 7 – BABETES: € 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta euros);**

**9.1.8. Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 5.130,00 (cinco mil, cento e trinta euros);**

**9.1.9. Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 23.970,00 (vinte e três mil, novecentos e setenta euros);**

**9.1.10. Lote 10 – ROUPÕES: € 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta euros);**

**9.1.11. Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 1.650,00 (mil, seiscentos e cinquenta euros);**

**9.1.12. Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 3.270,00 (três mil, duzentos e setenta euros);**

**9.1.13. Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa euros);**

**9.1.14. Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 780,00 (setecentos e oitenta euros);**

**9.1.15. Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 1.410,00 (mil, quatrocentos e dez euros);**

**9.1.16. Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros);**

**9.1.17. Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 1.080,00 (mil e oitenta euros);**

**9.1.18. Lote 18 – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);**

**9.1.19. Lote 19 – TECIDOS: € 2.190,00 (dois mil, cento e noventa euros);**

**9.1.20. Lote 20 – TELAS PLASTIFICADAS: € 30,00 (trinta euros);**

- 9.1.21. Lote 21 – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: € 23.370,00 (vinte e três mil, trezentos e setenta euros);**
- 9.1.22. Lote 22 – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);**
- 9.1.23. Lote 23 – MANTAS DE PIQUENIQUE: € 990,00 (novecentos e noventa euros);**
- 9.1.24. Lote 24 – TOALHAS DE PRAIA: € 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta euros);**
- 9.1.25. Lote 25 – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO: € 60.720,00 (sessenta mil, setecentos e vinte euros).**
- 9.2.** Para além do preço global indicado no número anterior, deve, igualmente, ter-se em atenção, englobando os 25 (vinte e cinco) lotes, o preço referente ao fornecimento de bens objeto do contrato a celebrar durante o período de cada duração contratual de **12 (doze) meses**, é de **€ 132.650,00 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, dividido da seguinte forma, por Lote:
- 9.2.1. Lote 1 – ALMOFADAS: € 3.110,00 (três mil, cento e dez euros);**
- 9.2.2. Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 3.620,00 (três mil, seiscentos e vinte euros);**
- 9.2.3. Lote 3 – RESGUARDOS: € 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta euros);**
- 9.2.4. Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 59.810,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e dez euros);**
- 9.2.5. Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 3.140,00 (três mil, cento e quarenta euros);**
- 9.2.6. Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 130,00 (cento e trinta euros);**
- 9.2.7. Lote 7 – BABETES: € 8.320,00 (oito mil, trezentos e vinte euros);**
- 9.2.8. Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 1.710,00 (mil, setecentos e dez euros);**
- 9.2.9. Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa euros);**
- 9.2.10. Lote 10 – ROUPÕES: € 1.190,00 (mil, cento e noventa euros);**
- 9.2.11. Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros);**
- 9.2.12. Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 1.090,00 (mil e noventa euros);**
- 9.2.13. Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta euros);**
- 9.2.14. Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 260,00 (duzentos e sessenta euros);**
- 9.2.15. Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 470,00 (quatrocentos e setenta euros);**
- 9.2.16. Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 150,00 (cento e cinquenta euros);**



- 9.2.17. **Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 360,00 (trezentos e sessenta euros);**
- 9.2.18. **Lote 18 – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);**
- 9.2.19. **Lote 19 – TECIDOS: € 730,00 (setecentos e trinta euros);**
- 9.2.20. **Lote 20 – TELAS PLASTIFICADAS: € 10,00 (dez euros);**
- 9.2.21. **Lote 21 – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: € 7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa euros);**
- 9.2.22. **Lote 22 – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);**
- 9.2.23. **Lote 23 – MANTAS DE PIQUENIQUE: € 330,00 (trezentos e trinta euros);**
- 9.2.24. **Lote 24 – TOALHAS DE PRAIA: € 860,00 (oitocentos e sessenta euros);**
- 9.2.25. **Lote 25 – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO: € 20.240,00 (vinte mil, duzentos e quarenta euros).**

9.3. Para além do disposto nos números anteriores, para efeitos de apresentação, deverá ter-se em consideração que a SCML está disposta a pagar os seguintes preços máximos resultantes do somatório dos preços unitários de cada um dos itens, por Lote, e dos logotipos identificados no **ANEXO C** do presente Caderno de Encargos:

- 9.3.1. **Lote 1 – ALMOFADAS: € 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.2. **Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 52,50 (cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.3. **Lote 3 – RESGUARDOS: € 53,00 (cinquenta e três euros);**
- 9.3.4. **Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 400,00 (quatrocentos euros);**
- 9.3.5. **Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 70,00 (sessenta euros);**
- 9.3.6. **Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 31,50 (trinta e um euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.7. **Lote 7 – BABETES: € 11,00 (onze euros);**
- 9.3.8. **Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 105,00 (cem e cinco euros);**
- 9.3.9. **Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 72,00 (setenta e dois euros);**
- 9.3.10. **Lote 10 – ROUPÕES: € 32,50 (trinta e dois euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.11. **Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 9,00 (nove euros);**
- 9.3.12. **Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 19,50 (dezanove euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.13. **Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 99,50 (noventa e nove euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.14. **Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 191,00 (cento e noventa e um euros);**
- 9.3.15. **Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 13,50 (treze euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.16. **Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 11,50 (onze mil e cinquenta euros);**
- 9.3.17. **Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 5,50 (cinco euros e cinquenta cêntimos);**

- 9.3.18. Lote 18** – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: **€ 17,00 (dezassete euros);**
- 9.3.19. Lote 19** – TECIDOS: **€ 60,50 (seenta euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.20. Lote 20** – TELAS PLASTIFICADAS: **€ 11,00 (onze euros);**
- 9.3.21. Lote 21** – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: **€ 167,00 (cento e sessenta e sete euros);**
- 9.3.22. Lote 22** – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: **€ 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.23. Lote 23** – MANTAS DE PIQUENIQUE: **€ 142,50 (cento e quarenta dois euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.24. Lote 24** – Toalhas de Praia: **€ 26,50 (vinte e seis euros e cinquenta cêntimos);**
- 9.3.25. Lote 25** – Toalhas Turcas Casa de Banho: **€ 28,50 (vinte e oito euros e cinquenta cêntimos).**
- 9.3.26. Logotipos** – Logotipos a aplicar: **€ 3,50 (três euros e cinquenta cêntimos).**
- 9.4.** Os preços referidos nas cláusulas anteriores serão acrescidos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.
- 9.5.** Os preços referidos no número anterior foram definidos com base numa consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º-A do CCP.
- 9.6.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a SCML pagará aos Adjudicatários, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes das propostas adjudicadas às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 9.7.** Os contratos serão celebrados pelo preço por lote referido no ponto **9.1.** relativamente ao qual a SCML só pagará as quantias correspondentes aos bens efetivamente fornecidos, tendo em consideração o disposto no número anterior, não estando obrigada a atingir o valor máximo adjudicado.
- 9.8.** No decurso da execução dos contratos, a SCML não está obrigada a atingir o valor máximo adjudicado, sendo que no caso de não ser atingido o referido valor tal não confere aos Adjudicatários o direito a serem indemnizados, seja a que título for.
- 10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**
- Os Concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE**
- 11.1.** A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa por Lote, de acordo com a modalidade monofator, sendo densificado pelo fator preço correspondente a um único aspeto da execução dos contratos a celebrar, sendo

adjudicada a proposta que apresentar o somatório de preços unitários, por Lote, mais baixo.

- 11.2.** O critério de desempate adotado é o sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, com prévia convocatória dos Concorrentes de data, hora e local, a enviar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrônica utilizada pela SCML ou de endereço de correio eletrônico.
- 11.3.** O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respectivas propostas dos Concorrentes admitidos.

## **12. JÚRI DO CONCURSO**

- 12.1.** O concurso será conduzido por um Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
- 12.2.** O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.
- 12.3.** Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:
- a)** Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Programa do Concurso e do artigo 50.º do CCP;
  - b)** Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
  - c)** Decisão sobre requerimentos dos Interessados para classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;
  - d)** Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;
  - e)** Propor fundamentadamente a exclusão de uma proposta que apresente um preço ou custo anormalmente baixo, mesmo na ausência de definição no programa do concurso.

## **13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS**

- 13.1.** O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.

- 13.2.** Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 13.3.** O júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.
- 13.4.** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 13.5.** Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela SCML, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

#### **14. RELATÓRIO PRELIMINAR**

- 14.1.** O Júri do concurso, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.
- 14.2.** No relatório preliminar, o Júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

#### **15. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

- 15.1.** Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
- 15.2.** Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

#### **16. RELATÓRIO FINAL**

- 16.1.** Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri do concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 16.2.** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

## **17. ADJUDICAÇÃO**

- 17.1.** A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.
- 17.2.** No prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, os Adjudicatários devem:
- 17.2.1.** Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e no ponto seguinte do presente Programa do Concurso;
  - 17.2.2.** Comunicar à SCML o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução dos contratos.

## **18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELOS ADJUDICATÁRIOS**

- 18.1.** No prazo previsto no ponto anterior do presente Programa do Concurso, os Adjudicatários deverão apresentar, através da plataforma eletrónica em uso pela SCML, os seguintes documentos de habilitação:
- 18.1.1.** Declaração de habilitação conforme o modelo constante do **ANEXO IV** do presente Programa do Concurso;
  - 18.1.2.** Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:
    - a)** Certificado de Registo Criminal atualizada de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
    - b)** Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
    - c)** Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
  - 18.1.3.** Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor.
- 18.2.** Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos

sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e os Adjudicatários prestem à SCML o necessário consentimento, nos termos da lei.

- 18.3.** Quando os Adjudicatários tenham prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a SCML consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do ponto **18.1.2.** do presente Programa do Concurso, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a SCML, tem o contribuinte fiscal n.º 500 745 471, podendo com esse número os Adjudicatários formalizarem o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto **18.1.** do presente Programa do Concurso.
- 18.4.** A SCML pode solicitar aos Adjudicatários a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do(s) contrato(s) a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 18.5.** Caso a SCML detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará os Adjudicatários para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 18.6.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 18.7.** Nos termos do artigo 117.º do CCP e do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os Adjudicatários forem um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 18.8.** A SCML notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelos Adjudicatários, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela SCML.

## **19. CAUÇÃO**

- 19.1.** É dispensada a prestação de caução pelos Adjudicatários, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
- 19.2.** Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP e da cláusula **12.2** do Caderno de Encargos, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

## **20. CONTRATOS**

- 20.1.** Nos termos do artigo 101.º do CCP, os Adjudicatários devem pronunciar-se sobre a minuta dos contratos no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.
- 20.2.** Qualquer eventual reclamação, à minuta dos contratos, apresentada pelos Adjudicatários é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela SCML no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 20.3.** Os contratos devem ser formalizados com a aposição de assinatura eletrónica, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.
- 20.4.** No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a SCML comunicará o prazo para assinatura e remessa dos contratos.
- 20.5.** Será dispensada a redução a escrito, no caso de o preço contratual adjudicado ser igual ou inferior a € 10.000,00 (dez mil euros), nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

## **21. ENCARGOS**

- 21.1.** São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 21.2.** São ainda da conta dos Adjudicatários as despesas e encargos inerentes à celebração dos contratos.

## **22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o omissa no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.

**ANEXO I**  
**FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**  
**(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO XML)**



## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR**

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva nº ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o nº ....., com o capital social de ....., obriga-se a executar todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento de ....., referente aos Lote(s) ... (escrever o número do(s) Lote(s) a que concorre por extenso), em conformidade com o Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

[Local], [Data]

[Assinatura]

**ANEXO III**

**(FORMULÁRIO DE PREÇOS)**

(DISPONIBILIZADO EM FORMATO EXCEL)

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. **(nome, número de documento de identificação e morada)**, na qualidade de representante legal de **(1)** **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, Adjudicatário(a) no procedimento de **(designação ou referência ao procedimento em causa)**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
  2. O declarante junta em anexo **[ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)]** os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
  3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura **(5)**].

- (1)** Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2)** No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3)** Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4)** No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5)** Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.